Consórcios: cotas contempladas e não usadas dobram e atingem R$ 10 bi

Comparação é com junho de 2006; segundo a Abac, naquele ano, valores das disponibilidades eram de R$ 5 bilhões



InfoMoney

30 novembro 2009

SÃO PAULO - O valor total das cotas de consórcios de bens ou serviços contempladas e não utilizadas - chamadas de disponibilidades - duplicou entre junho de 2006 e o sexto mês de 2009.

Segundo a Abac (Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios), no final do primeiro semestre de 2006, as disponibilidades somavam R$ 5 bilhões. No mesmo período deste ano, a quantia já era de R$ 10 bilhões.

Quanto aos recebíveis, que eram de R$ 45 bilhões no sexto mês de 2006, superaram os R$ 62 bilhões em igual mês de 2009, evolução de 37,8%.

Poupança
Pesquisa realizada pela Quorum Brasil, a pedido da Abac, aponta que 69,1% dos consorciados consideravam a modalidade como um bem de futuro, em 2006. Três anos depois, o percentual subiu para 86,7%.

"Os expressivos crescimentos referem-se à mudança de postura do consumidor frente aos consórcios. Anteriormente, ele os considerava como uma forma de aquisição de um bem ou serviço. Hoje, prioritariamente, ele investe no Sistema como uma alternativa de poupança definido de compra", explicou o presidente executivo da Associação, Paulo Roberto Rossi.

Consórcios
Com mais de 3,77 milhões de participantes, somente entre janeiro e setembro deste ano, o sistema de consórcios acumulou cerca de 1,5 milhão de novas cotas comercializadas, com pouco mais de 700 mil contemplações.

Mais presentes nos setores de veículos automotores, imóveis e eletroeletrônicos, o sistema de consórcios nacional registrou aumento de 45% no valor recolhido de impostos e de contribuições sociais, entre 2006 e 2009, passando de R$ 273 milhões para R$ 396 milhões.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2009, 27,3% do total das receitas do primeiro semestre eram impostos, 3,5 pontos percentuais a mais ao apurado em junho de 2006 (23,8%). Contudo, diz Rossi, o aumento da carga tributária não foi repassado para o consumidor, já que, neste mesmo período, a taxa de administração subiu apenas 0,4 ponto percentual.